

A Ciência Política no Brasil: passado, presente e futuro¹

DOI: <https://doi.org/10.31990/agenda.2022.3.6>

 **Maria do Socorro Sousa Braga**

Professora e pesquisadora associada do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

E-mail: msbraga@ufscar.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2141-9778>

147

RESUMO: Este artigo tem dois objetivos. O primeiro busca traçar panorama da formação e da trajetória de institucionalização da Ciência Política brasileira como campo acadêmico e profissional próprio. Para dar conta do seu passado e presente, esta análise recorre à revisão da literatura, buscando compreender os processos de constituição desta área ao longo do século XX, mas também descrever, com os dados acerca dos programas de pós-graduação disponíveis, como vem se dando sua expansão geográfica pelo território nacional e suas subáreas temáticas, do ponto de vista do ensino pós-graduado e da pesquisa. O segundo objetivo trata de identificar aspectos relacionados ao ritmo lento da institucionalização dessa área e pensar propostas de ação visando a estados futuros deste campo do conhecimento. Entre as principais conclusões destacam-se que elementos exógenos e endógenos influenciaram a formação e o processo de institucionalização desta área no Brasil, resultando numa disciplina marcada, por um lado, pelo pluralismo nas formas de fazer ciência política e, por outro lado, no estabelecimento de organizações acadêmicas que vem oferecendo as principais oportunidades para a institucionalização da área.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência Política; Pós-Graduação; Formação; Institucionalização; Brasil.

¹ Parte deste artigo foi inicialmente apresentada em conferência proferida na VII edição do Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política, cujo tema foi “A crise da Ciência e o futuro da Ciência Política”, realizado em fevereiro de 2022, na Universidade Federal de Minas Gerais. Contou também com a participação e preciosos comentários de Bruno Pinheiro Wanderley Reis.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1 Introdução

Este artigo foi motivado pela questão colocada pela VII edição do Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política (FBCP), realizado em 2020. Naquela ocasião, marcada pela expansão da pandemia, em conferência on-line, busquei discutir fatores endógenos e exógenos que afetaram a formação e a trajetória de institucionalização da Ciência Política (CP) brasileira e os desafios críticos que ela vinha enfrentando nos últimos anos em meio ao governo reacionário de Jair Bolsonaro (2019-2022), para sustentar a sua institucionalidade e prestígio diante da sociedade e de outras ciências, assim como em decorrência de novos desafios gerados pela ampliação da escassez de recursos para a pesquisa e a pós-graduação na gestão bolsonarista e a necessidade de aproximação com a sociedade civil e o setor privado.

Ainda sobre o contexto motivacional daquela conferência e deste artigo, cabe salientar a importância do livro *A Ciência Política no Brasil: 1960-2015*², organizado com os colegas Leonado Avritzer e Carlos Milani, quando estivemos à frente da direção da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) no período de 2014-2016. Este livro avalia os 50 anos da Ciência Política brasileira sob o olhar cuidadoso de cientistas políticos oriundo das três gerações de profissionais desta área. Esta obra tem dois objetivos. Na primeira parte são discutidos os principais componentes do processo de formação e institucionalização da Ciência Política e a sua perspectiva atual, ou seja, como chegamos aos 50 anos, em quais dimensões avançamos, em quais tomamos decisões equivocadas, quais as suas consequências para o desenvolvimento do campo e quais são seus desafios para se manter no futuro. A segunda parte foca na evolução das subáreas temáticas desta área no país: estudos legislativos, teoria política normativa, pensamento político brasileiro, políticas públicas, política externa, gênero e feminista e segurança pública.

O retrato da Ciência Política no Brasil elaborado por este livro e a incorporação de outros estudos possibilitaram a constituição do campo que desenvolvo neste artigo. Em 2023, a Ciência Política completa 58 anos no Brasil. Mas como se deu a formação e institucionalização desse campo disciplinar por aqui? Quais foram os elementos usados para analisar a sua constituição?

A minha tese é a de que elementos endógenos e exógenos precisam ser levados em conta para discutirmos a formação e o processo de institucionalização da Ciência Política no Brasil. Isso porque esses elementos influenciaram sobremaneira as suas constituição e trajetória enquanto comunidade epistêmica no Brasil, mas também afetaram características institucionais, marcadas, por um lado, pelo pluralismo nas formas de fazer ciência política e, por outro lado, no estabelecimento de organizações acadêmicas que vem oferecendo as principais oportunidades para a institucionalização da área. Identifico como elementos exógenos: (a) o contexto político e socioeconômico marcado por processos de rupturas e transição de regimes; (b) o papel de instituições e agências de fomento, tais como

² AVRITZER, L.; MILANI, C. R. S.; BRAGA, M. do S. (Org.) **A Ciência Política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

Fundação Ford, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); e (c) a inserção no sistema público e, em menor medida, no privado.

No que se refere aos elementos endógenos reforço, especialmente: (a) a constituição da área ocorrer a partir da pós-graduação, altamente concentrada na região sudeste (eixo SP-RJ-MG), ainda que desde o início tenha sido marcada por pluralidade de tradições acadêmicas (TRINDADE, 2007); (b) o modelo de organização do conhecimento da área e a fragmentação em subáreas; (c) criação de periódicos especializados por Institutos, Programas e Centros de Pesquisa; (d) a organização de uma entidade científica própria com a criação e refundação da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP); e (e) a constituição do Fórum de Pós-Graduação em Ciência Política.

Estas são as questões norteadoras das seções deste trabalho. Na próxima seção será discutido seu processo de constituição e institucionalização, tendo por base a bibliografia existente e evidências mais sistemáticas³. Na terceira seção avaliamos seu modelo de organização e os temas das agendas de pesquisa mais desenvolvidos pelos cientistas políticos divulgados pelas produções nos eventos da área e nos periódicos. E, finalmente, nas considerações finais discutimos algumas propostas de ação visando a estados futuros.

2 Formação e institucionalização da Ciência Política no Brasil: breve revisão

Até então, o ponto de partida para estudos da área era a coletânea organizada há 40 anos por Bolívar Lamounier (1982): *Ciência Política nos anos 80*. No seu capítulo “A Ciência Política no Brasil: roteiro para um balanço crítico”, analisa-se o estado da arte da Ciência Política na virada dos anos 1970-1980. Um dos muitos méritos da reflexão de Lamounier foi o reconhecimento de uma tradição de pensamento e reflexão política no país, prévios à institucionalização da CP como campo científico. Os conteúdos epistêmicos da constituição da Ciência Política brasileira serão analisados na próxima seção. Nesta seção vamos nos ater às suas gêneses e trajetória institucional, focando naqueles elementos exógenos e endógenos que afetaram a constituição e o desenvolvimento da área no Brasil. Mas quais são esses elementos segundo as autorreflexões de seus próprios agentes no Brasil?

De acordo com Avritzer (2016, p. 169), a análise da constituição de um campo disciplinar deve levar em conta os seguintes elementos:

- i) A publicação de obras centradas em objetos que têm como preocupação o poder ou formação do sistema político;
- ii) A constituição de métodos capazes de apreender esses objetos;
- iii) A existência de veículos especializados na publicação desses estudos;
- iv) A constituição de ensino de pós-graduação para a formação na área.

³ Agradeço ao ex-coordenador da área de Ciência Política e Relações Internacionais, Adriano Codato, por compartilhar sua sistematização dos dados para Aula Inaugural no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense em 2021.

Já para Marengo (2016, p. 142), a autonomização de um campo disciplinar seria resultado da convergência de dois fatores: inicialmente seria necessário a constituição de uma identidade disciplinar conformada por agendas de pesquisa e modelos explicativos compartilhados por uma comunidade epistêmica; em seguida haveria processo de institucionalização, ou seja, a constituição das instituições necessárias (acadêmicas e profissionais) a esta nova comunidade epistêmica, capaz de oferecer a oportunidade de profissionalização, recrutamento de membros, formação de novas gerações de pesquisadores, espaços para o julgamento pelos pares e a conformação de regras próprias.

Com base nesses elementos, verificou-se que a formação da Ciência Política no Brasil guarda particularidades que permitem indicar que foi somente a partir dos anos de 1960 que podemos falar da sua constituição como disciplina acadêmica. Já em Forjaz (1997), vários aspectos são delimitados nesse sentido. Em primeiro lugar, ela ressalta que foi em meio à ampliação e profissionalização das ciências sociais em fins dos anos 1960 e em 1970 que a ciência política conseguiu maior espaço. Esses processos teriam ocorrido em razão, principalmente, da implementação do sistema de pós-graduação no país. Mas também devido à criação de agências de fomento integradas ao sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico, com vistas às políticas de planejamento e desenvolvimento econômico, tais como o CNPq, a Capes⁴ e a FAPESP. Em segundo lugar, a autora enfatiza graus de ambiguidades no contexto de formação e desenvolvimento da área ao apontar a coexistência com o regime militar ao mesmo tempo em que “setores da comunidade científica e acadêmica mais ativamente oposicionistas” foram reprimidos. “Por outro lado, possibilitou a ampliação de uma rede de instituições ligadas à Ciência e Tecnologia nas quais diversos grupos de cientistas sociais conseguiram se insinuar” (FORJAZ, 1997, p. 4).

150

Entre as particularidades do modelo genético da Ciência Política nacional, Forjaz (1997) aponta para sua implantação por meio da criação de cursos de pós-graduação⁵. Esses centros fundantes estavam concentrados em instituições públicas e privadas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Vale ressaltar que, distanciando-se da hegemonia da escola sociológica paulista, a constituição da ciência política nesses outros estados da região Sudeste se deu por um grupo geracional de intelectuais, com forte influência da escola estadunidense, capitaneado por investimentos de fundações internacionais, particularmente da Fundação Ford (FORJAZ, 1997; KEINERT e SILVA, 2010; MARENCO, 2016).

Salientamos que estes “recursos externos” são tidos aqui como um dos elementos exógenos cruciais para entendermos por que a implantação da Ciência Política no Brasil se deu por meio da pós-graduação, antecedendo sua presença em cursos de graduação, ou mesmo a criação de uma associação científica. Como bem explica Keinert e Silva (2010), a Ciência Política assumiria uma posição estratégica, seja pelo seu potencial em elaborar políticas públicas, seja por viabilizar um perfil disciplinar orientado para uma agenda político-nacional com bases institucionais do regime liberal-democrático, ou ainda por dar ênfase à assimilação de técnicas e métodos quantitativos. Vai também

⁴ Marengo (2016) nos lembra que a Capes já tinha sido criada desde 1951, como “Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior”, fazendo parte da agenda desenvolvimentista do segundo governo Vargas (1950-54) cuja missão visava: a construção da Pós-Graduação brasileira e a formação de professores da Educação Básica. No que tange às linhas de ação compreendia: Avaliação da Pós-Graduação *stricto sensu*; Formação de recursos humanos qualificados; Promoção da cooperação científica nacional e internacional; Acesso à produção científica e tecnológica; Indução de áreas estratégicas; e Formação de professores para Educação Básica.

⁵ O primeiro curso de bacharelado pleno em Ciência Política foi inaugurado somente em 1989, na Universidade de Brasília (UnB).

nessa direção a interpretação de Forjaz (1997, p. 5) ao afirmar que “formar elites e influenciar o *policy-making* no Brasil fez parte da estratégia política da Ford e de outras organizações americanas concatenadas com o projeto mais amplo de hegemonia na América Latina”.

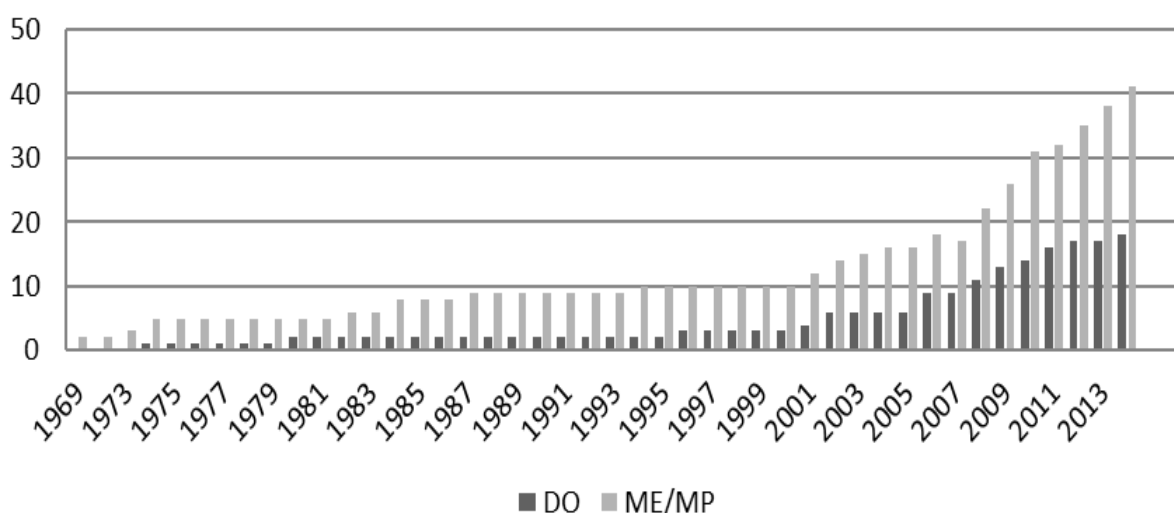
Forjaz (1997) demonstra como o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foi beneficiado por estes investimentos, conseguindo criar o primeiro programa de mestrado em Ciência Política no Brasil, em 1969. Neste mesmo ano os recursos da Ford também contribuiriam para organizar o mestrado em Sociologia e Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj). Mesmo montante de investimentos teria sido repassado ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

Ainda entre os primeiros cursos de pós em Ciência Política criados durante o regime militar, está o mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1973, e, em 1974, início da distensão política, a Universidade de São Paulo (USP) fundou o curso mais completo de pós-graduação da área, com mestrado e o primeiro doutorado no país. Na sequência também foi criado o mestrado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Durante a transição democrática, o processo de criação de cursos de pós-graduação na área, conforme Marengo (2016, p. 149), foi cada vez mais se desacelerando. Foram necessários mais 10 anos para a criação do segundo doutorado pelo antigo Iuperj, em 1980. E a UFRGS precisou de mais 16 anos para constituir o terceiro doutorado, em 1996 – portanto, em pleno processo de redemocratização do país.

Esse ritmo lento na ampliação e na expansão territorial inicial da pós-graduação dessa área afetou sobremaneira sua evolução, havendo maior crescimento somente nas duas primeiras décadas do século XXI. É o que mostra o Gráfico 1.

151

Gráfico 1 - Expansão da pós-graduação em ciência política e relações internacionais no Brasil, 1969-2014

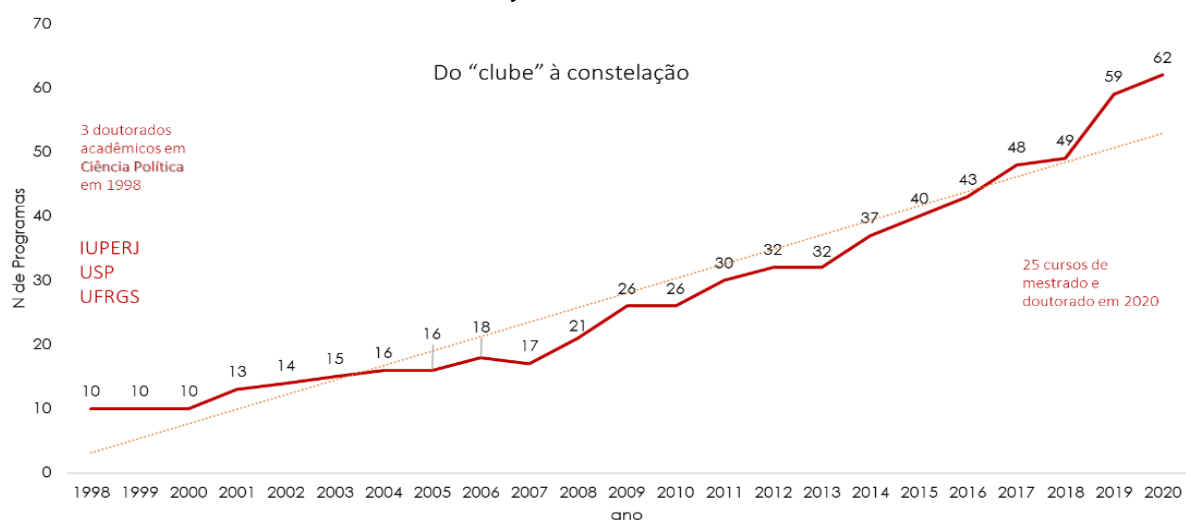


Fonte: Marengo (2016, p. 149).

Nos primeiros 30 anos de constituição da pós-graduação em Ciência Política apenas três programas apresentavam formação doutoral. Foram necessários mais 20 anos para duplicar o número de doutorados. Já no mestrado, apenas em 1994 a área chegou aos 10 cursos, acrescentando mais 4

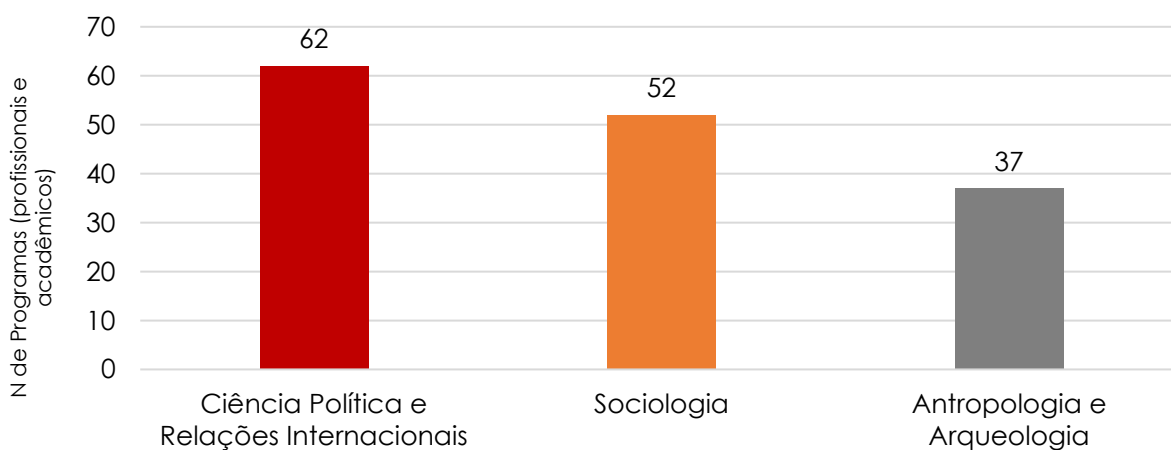
curso na década seguinte. Conforme os dados do Gráfico 2, elaborado por Codato (2021), houve novo incremento na expansão da pós-graduação na Ciência Política e Relações Internacionais⁶ (CP & RI) nos últimos 20 anos, aumentando consideravelmente a constelação de cursos nessas áreas e subáreas. Contudo, em 2020, dos 62 cursos de pós-graduação dessa área do conhecimento, somente 19 eram em Ciência Política, e destes, apenas 11 programas tinham mestrado e doutorado. Mas conforme Gráfico 3, pela primeira vez essas áreas apresentariam uma evolução de expansão relativamente mais rápida que a de disciplinas vizinhas, como a Sociologia e a Antropologia.

Gráfico 2 - Crescimento do total de Programas de Pós-Graduação - Ciência Política e Relações Internacionais



Fonte: Codato (2021).

Gráfico 3 - O tamanho relativo da Área de CP & RI no Brasil diante das demais Ciências Sociais



Fonte: Codato (2021).

⁶ Sobre o estado da arte das Relações internacionais, ver Miyamoto (1999).

Ao longo das últimas três décadas a institucionalização da Ciência Política, segundo Almeida (2005, p. 120), “[...] foi ocorrendo como resultado da interação entre políticas científicas definidas e implementadas por agências governamentais e políticas acadêmicas que envolveram lideranças intelectuais, instituições universitárias e associações científicas”. Do lado governamental, chama a atenção o papel de políticas que viabilizaram a estruturação do sistema nacional de pós-graduação, em geral, e da Ciência Política, em particular. Entre essas políticas estruturais do sistema de produção acadêmica destaca-se o papel da Capes e o seu sistema de avaliação dos programas. Vale salientar que este sistema de avaliação, ao mesmo tempo que se tornou essencial para a sustentação e a institucionalização da pós-graduação brasileira, vem aumentando pontos de estrangulamento, reforçando o próprio sistema de desigualdades da pós-graduação nacional.

De todo modo, entre as consequências de a constituição dessa área ter ocorrido pela pós-graduação, destaca-se como positiva a maior flexibilidade organizativa para elaboração de projetos em grande escala e a formação profissional e acadêmica mais diversificada. Em termos das agendas de pesquisa, marcadas pelo contexto relacionado ao regime autoritário e em meio à emergência dos novos movimentos sociais e a perseguição nas universidades, houve ampliação de estudos a este respeito bem como a politização das ciências sociais.

Uma outra consequência da origem na pós-graduação recai sobre sua singularidade quando comparada à ciência política desenvolvida nos outros países sul-americanos, cujo processo de constituição se deu pela graduação. Em tal processo a maioria dos cursos de graduação foi criada com bacharelado e licenciatura, com importante impacto sobre a profissionalização da área. A Ciência Política na Argentina, por exemplo, tinha, em 2014, 44 cursos de bacharelado. Em contrapartida, no Brasil, o primeiro curso de bacharelado pleno em Ciência Política foi inaugurado somente em 1989, na Universidade de Brasília (UnB). E, como demonstrou Almeida (2005, p.106-107), em 2003 existiam apenas cinco bacharelados, ou seja, a formação graduada em Ciência Política no Brasil do início do século XXI ainda era muito reduzida, privilegiando a pesquisa em detrimento do ensino. Ademais, além de raramente constituir um curso autônomo, a CP nem sempre estaria presente nas graduações de Ciências Sociais e de Relações Internacionais. Dos 64 (em 77) cursos das Ciências Sociais com informação em 2003, 39% não ofereciam disciplina de Ciência Política e em apenas cerca de 17% deles o número de disciplinas era superior a 8.

A ainda modesta presença da Ciência Política nos cursos de graduação, por sua vez, tem efeitos diretos cada vez maiores na pós-graduação. Talvez o mais sério seja o número cada vez mais reduzido daqueles formados em ciências sociais optar pela continuidade de seus estudos na pós-graduação em política. Seguramente outros fatores estão relacionados com o ritmo mais lento da institucionalização da CP brasileira, mas, como já apontou Almeida (2005), um olhar mais atento ao funcionamento da graduação nos dará pistas valiosas para pensarmos outras possibilidades desejáveis para a disciplina e, assim, favorecer seu crescimento no âmbito da graduação e, conseqüentemente, na pós-graduação.

Nesse sentido, outra consequência direta da origem da área pela pós-graduação está relacionada aos dilemas da regulamentação da profissão do cientista político. O predomínio do entendimento nas três primeiras gerações de cientistas políticos pela não regulamentação teve suas implicações em boa parte deste percurso. Uma delas foi não conseguir desvincular-se da sociologia para regulamentar essa profissão, ficando à margem da profissão de sociólogo bem como em Ciências Sociais⁷.

⁷ Ver Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980.

Outros três elementos endógenos que estão relacionados ao ritmo lento da institucionalização da Ciência Política no Brasil dizem respeito à: (i) criação tardia de sua associação científica, a ABCP; (ii) constituição de um veículo especializado para a publicação dos estudos dessa área, a *Brazilian Political Science Review* (BPSR); (iii) bem como de uma organização dos formandos, o Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política.

A ABCP foi criada somente em 1986, mas, devido à frágil estrutura organizacional, ficou 10 anos sem conseguir ter o seu Encontro. Foi refundada em 1996, quando contou com 350 filiados no seu primeiro Encontro Nacional. Propulsora da nacionalização dessa Ciência, abarcou inicialmente 5 áreas temáticas tradicionais – relações internacionais; políticas públicas; teoria política; instituições políticas; comportamento político –, chegando ao Encontro de 2015 com 11 e, em 2022, com 18 áreas temáticas. Essa ampliação da Ciência Política pelas áreas temáticas foi acompanhada pelo crescimento dos filiados, que passou dos 850, em 2015, para 1492, em 2022⁸. Parte desse aumento se deve à participação dos graduandos nos Encontros da área, permitida apenas em 2015. Outro fator importante foi a estruturação da ABCP pelas cinco regiões do país, onde, com o objetivo de interiorizar e nacionalizar a Ciência Política, as regionais são organizadas por cientistas políticos residentes nos estados de cada região.

No que se refere à criação tardia da BPSR, criada apenas em 2007, portanto mais de três décadas após a constituição dos principais programas de pós-graduação de CP no país, está relacionada tanto às dificuldades, especialmente financeiras, no caminho da estruturação da própria ABCP, quanto à existência de outros importantes periódicos veiculadores da produção acadêmica das ciências sociais mesmo antes e depois que a Ciência Política adquiriu perfil acadêmico próprio. Soma-se a isso a contribuição intra-área, fomentada por institutos e programas de pós-graduação ao organizar seus próprios periódicos.

Entre os periódicos organizados antes da criação dos primeiros programas de pós da área estão a *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (1955), com seu corpo editorial contando com representantes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia; e a *Dados - Revista de Ciências Sociais* (1966) IUPERJ/IESP⁹, que desde sua origem manteve perfil mais plural.

Nos anos 1980 e 1990 ao menos cinco periódicos foram criados: *Estudos Cebrap* (1981) e *Novos Estudos Cebrap* (2005); *Lua Nova* (1984); *Revista Brasileira de Ciência Sociais* (1986); *Opinião Pública*, revista vinculada ao Centro de Estudos e Opinião Pública (CESOP) da UNICAMP (1993); e *Revista de Sociologia Política*, da Universidade Federal do Paraná (UFPR) (1993). Conforme veremos na próxima seção, a análise dessa produção é um bom indicador da pluralidade teórica e metodológica da área.

Na primeira década dos anos 2000 várias revistas foram criadas pelos programas constituídos a partir de desmembramentos das últimas pós-graduações em Ciências Sociais, entre as quais estão a *Teoria & Pesquisa* (2008), pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPOL), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e a *Revista de Ciência Política* do Instituto de Ciência Política (IPOL), da UnB (2009). Ao longo desse período floresceram revistas dos discentes, como a *Agenda Política*, da UFSCar, criada em 2012.

⁸ Dados cedidos pela ABCP.

⁹ Sobre trajetória ver dossiê comemorativo dos 50 anos da *Dados*, disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/i/2017.v60n3/>.

Por fim, tivemos a criação do Fórum Brasileiro da Pós-Graduação da área somente em 2009, quando ocorreu seu primeiro Encontro na UFMG. O último evento foi realizado em 2022, organizado mais uma vez na UFMG e teve como tema “A Crise da Ciência e o Futuro da Ciência Política¹⁰”. Desde então, a cada dois anos esse evento é realizado, agregando mais esforços no sentido da organização e da mobilização dos formandos em Ciência Política e Relações Internacionais. O Quadro 1 mostra como a organização reflete sua diversidade regional e institucional, bem como a pluralidade e a atualidade dos temas de interesse.

Quadro 1- Relação dos Fóruns Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

Evento	Ano	Sede	Instituição	Tema
I FBCP	2009	Belo Horizonte	UFMG	A Ciência Política e seus desafios metodológicos
II FBCP	2011	São Carlos	UFSCar	Novas Agendas na Ciência Política Brasileira
III FBCP	2013	Curitiba	UFPR	As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil
IV FBCP	2015	Niterói	UFF	Onde está o poder?
V FBCP	2017	Teresina	UFPI	Caminhos da Democracia no Brasil
VI FBCP	2019	Belém	UFPA	Ciência Política em tempos de instabilidade

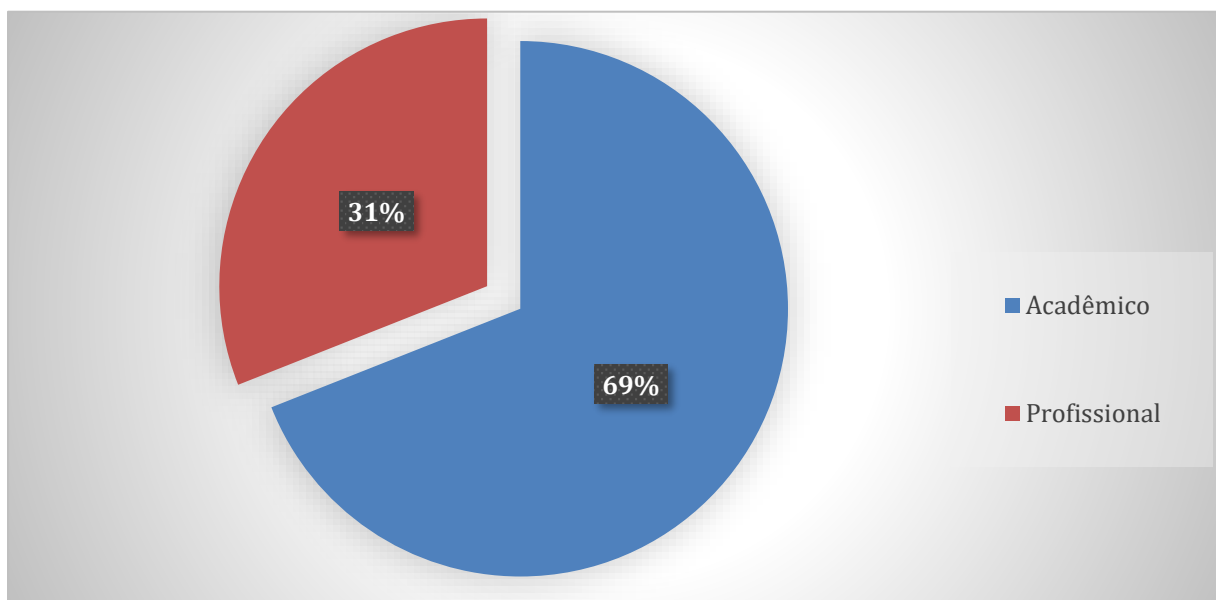
Fonte: <https://www.even3.com.br/viif>.

3 A Ciência Política no início do século XXI: nova configuração

Alguns aspectos são chaves para a compreensão de como vem se dando a evolução dessa área do conhecimento nas últimas duas décadas. O primeiro diz respeito à ampliação de oportunidades de profissionalização com a introdução, a partir de 1998, da modalidade dos Programas Profissionais. Conforme pode ser visto no Gráfico 4, em 2020 esses programas já conformavam 31% dos cursos, sendo 16 de mestrado e apenas 1 de doutorado. É importante notar que, apesar do crescimento da modalidade, praticamente não há programas de pós-graduação profissionais em Ciência Política. Até 2020 existia apenas um, o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOP), da Câmara dos Deputados.

¹⁰< <https://www.even3.com.br/viifbcp/>>.

Gráfico 4 - Porcentagem de Programas de Pós-Graduação por Modalidades em 2020



Fonte: Codato (2021).

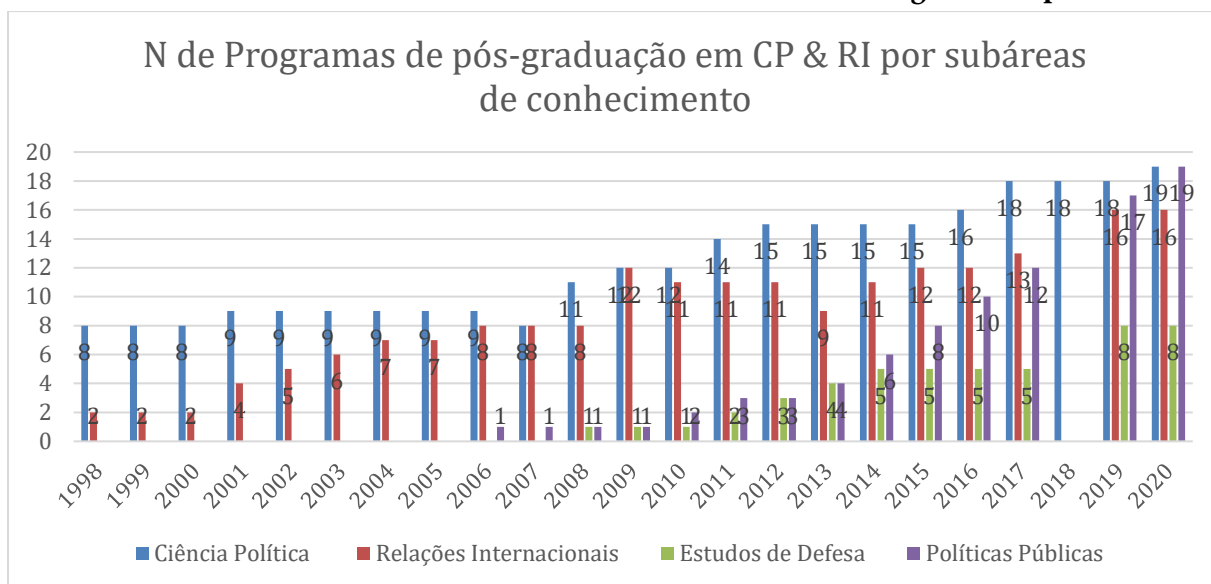
156

Esse incremento na profissionalização da área, por sua vez, está relacionado com o segundo aspecto que vem afetando a sua ampliação, especialmente nas últimas décadas, levando Codato (2021) a identificar uma nova configuração. Trata-se do modelo de organização do conhecimento da política pela CP, marcado pela autonomia das subáreas de políticas públicas, relações internacionais e estudos da defesa¹¹. Como podemos ver no Gráfico 5, entre 1998 e 2006 existiam apenas cursos de pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, mas a partir de 2007 houve aumento paulatino dos cursos das subáreas, com aqueles de Políticas Públicas atingindo, em 2020, o mesmo patamar que a Ciência Política (31%), conforme Gráfico 6. Outro crescimento expressivo nesse período foi o de Relações Internacionais, chegando a concentrar 26% dos cursos dessa área, enquanto os programas de Estudos de Defesa agregavam 13%. Esse avanço dos programas militares¹² em meio às conjunturas críticas das últimas duas décadas nas relações entre civis e militares no Brasil é um dos fenômenos que precisam de estudos aprofundados para serem explicados.

¹¹ Diferentemente, por exemplo, dos Estados Unidos, onde majoritariamente os departamentos universitários se organizam com essas subáreas ou especialidades reunidas na Ciência Política.

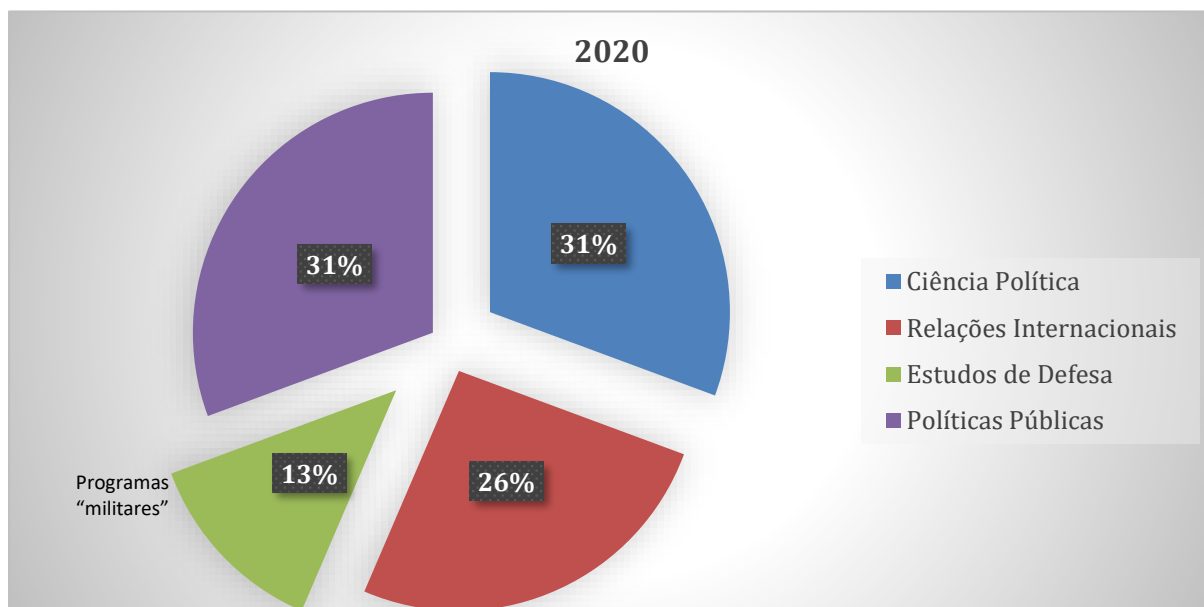
¹² Entre os quais estão os da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, Escola de Guerra Naval, Instituto Tecnológico da Aeronáutica, Universidade da Força Aérea e o da Escola Superior de Guerra (CODATO, 2021).

Gráfico 5 - Dinâmica de crescimento das subáreas ao longo do tempo



Fonte: Codato (2021).

Gráfico 6 - Tamanho relativo das subáreas: uma nova configuração



Fonte: Codato (2021).

Nessas duas últimas décadas, portanto, o desenvolvimento do ensino e da pesquisa da pós-graduação nessas subáreas não está submetido à Ciência Política, o que tem implicações de curto e longo prazos para esta área. Como os dados mostram, em 2020 chegamos a uma nova configuração desse campo acadêmico, formado por subáreas diferentes, autônomas e concorrentes. Por outro lado, aumentaram a profissionalização, a especialização e a fragmentação desse campo do conhecimento, ampliando a pluralidade teórica e metodológica.

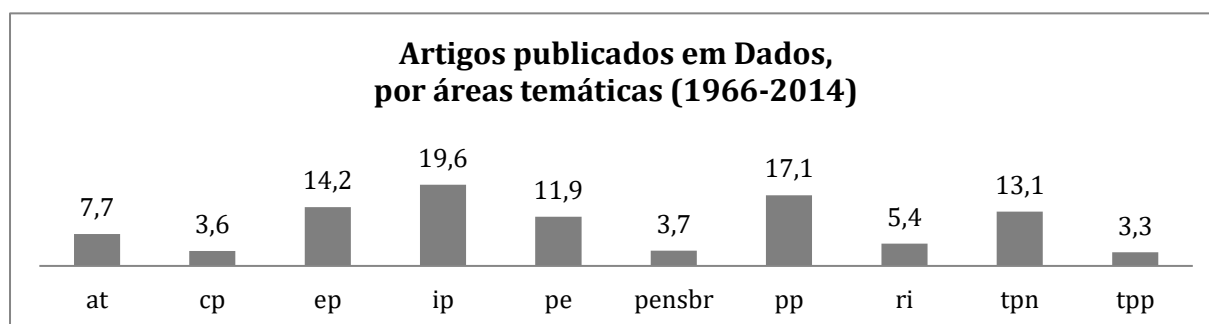
4 Temas da Ciência Política brasileira: áreas de concentração dos programas, agendas de pesquisa e conteúdo da produção científica

Três estudos serão a base desta seção. O primeiro é o estudo de Marenco (2016), que busca analisar a variação de temas ao longo da evolução da área a partir da revista Dados. O segundo é o artigo de Leite e Codato (2013), que, ao revisitar a produção científica dos cinco principais periódicos, identificou que esta é marcada por um pluralismo teórico e metodológico. Por fim, é apresentado o trabalho de Almeida (2005), que avalia as áreas temáticas dos programas.

Marenco (2016, p. 144-145), revisitando trabalhos da geração fundadora da ciência política (1966-1985), que buscavam dissociar-se de modelos sociológicos e, ao mesmo tempo, identificavam variáveis políticas para explicar a configuração da ordem política brasileira, verifica que ao menos três grandes temas se destacavam naquela produção inicial: (i) *a construção do estado nacional no Brasil em perspectiva histórico-comparativa*. Entre os estudos estão os de Schwartzman, (1970; 1975) e o de Carvalho (1975); (ii) um segundo tema trata de *mudanças institucionais, o colapso das instituições da Constituição de 1946 e o regime autoritário*. Destacam-se os trabalhos de Trindade (1974), Santos (1962; 1979), e Reis (1974). Finalmente, um terceiro tema foi o de *padrões e tendências eleitorais no multipartidário e bipartidarismo*. Entre esses estudos estão os de Soares (1973), Lamounier e Cardoso (1975), Souza (1976), Reis (1978) e Lima Junior (1983).

Ao avaliar a evolução da produção científica por uma amostra oriunda dos artigos publicados pela revista Dados no período de 1966-2014, Marenco (2016) identifica expressiva diversificação e ampliação temática da área. Os temas mais recorrentes, conforme Gráfico 7, foram: atores e ação coletiva; cultura e comportamento político; economia e política; instituições políticas; partidos e eleições; pensamento político brasileiro; políticas públicas; relações internacionais; teoria política normativa; teoria política positiva.

Gráfico 7 - Temas da produção científica dos cientistas políticos na Dados (1966-2014)



Notas: **at** = Atores e ação coletiva; **cp** = cultura e comportamento político; **ep** = economia política; **ip** = instituições políticas; **pe** = partidos e eleições; **pensbr** = pensamento político brasileiro; **pp** = políticas públicas; **ri** = relações internacionais; **tpn** = teoria política normativa; **tpp** = teoria política positiva.

Fonte: Marenco (2016, p. 154).

De acordo com as informações acima, é inegável a ampliação da diversificação temática ao longo dessas cinco décadas da CP brasileira. Mas, ao mesmo tempo, verifica-se que houve um núcleo predominante de temas publicados, o que pode refletir tanto em inclinações temáticas e metodológicas editoriais quanto em relações com as áreas temáticas mais fortes dessa área durante quase todo o período investigado. Esses temas foram: (1) Instituições Políticas; (2) Políticas Públicas; (3) Economia Política; (4) Teoria Política Normativa; e (5) Partidos e Eleições. Uma análise longitudinal das informações apresentadas na Tabela 1 revela como alguns temas na fase inicial, marcada pelo Estado autoritário, foram predominantes e ao longo da redemocratização foram perdendo espaço. Esse é o caso dos temas: “atores e ação coletiva” e “cultura e comportamento político”. Parte da explicação pode estar relacionada à criação de outros periódicos especializados nessas temáticas, como a *Lua Nova* (1984) e a revista *Opinião Pública* do CESOP (1993).

Tabela 1 - Artigos publicados em Dados por áreas temáticas, segundo períodos (1966-2014)

Década	at	cp	ep	ip	pe	pensbr	pp	ri	tpn	tpp
66/69	19,5	7,3	26,8	19,5	4,9	0	0	2,4	17,1	2,4
70/79	20,2	0	21	23,5	12,6	0	8,4	3,4	4,2	6,7
80/89	7,4	6,4	13,8	20,2	9,6	5,3	22,3	3,2	6,4	5,3
90/99	7,6	2,7	17,9	13,7	11	4,1	19,3	2,1	17,2	4,1
00/09	2	4,8	8,4	23,6	14,8	4,4	17,6	5,6	16,8	2
10/	3,8	2,2	11,4	14,4	10,6	6,8	23,5	12,9	13,6	0,7

Fonte: Marengo (2016, p.155).

Nesse sentido, o trabalho de Leite e Codato (2013) – abarcando os cinco periódicos ranqueados nos estratos superiores do Qualis/Capes, criados entre os anos 1980 e 1990 – ao identificar o conteúdo dessa produção, corrobora com esta explicação. Ao verificarem a presença de um pluralismo teórico e metodológico expressivo, destacaram 3 extremos. No primeiro estaria a revista *Lua Nova*, focando em temas como “teoria política”, “análise de conceitos” e “história das ideias”. No segundo viria a revista *Opinião Pública*, direcionada para os temas “valores”, “atitudes”, “participação” e “política”. Por fim, no terceiro extremo, encontra-se a *Brazilian Political Science Review*, mais próxima do desempenho das “instituições políticas”. Ressalta-se ainda que a revista *Dados* estaria mais próxima deste extremo. E ao centro ficariam a revista *Sociologia Política* e a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, concentrando estudos nas áreas de “Estado”, “sociedade” e “políticas de governo”.

Almeida (2005) inicia sua avaliação das temáticas dessa área perguntando o que os cientistas políticos brasileiros estudam. Voltando-se para as áreas de concentração dos 11 programas de pós-graduação existentes em 2005, verificou que estes organizavam suas atividades de formação de pesquisadores a partir das seguintes temáticas: Instituições e Comportamento Político; Relações Internacionais e Política Comparada; Teoria Política; Estado e Governo; Política Internacional; Políticas Públicas; Política Brasileira; Comunicação Política; e Sociedade e Política no Brasil. Em 2021, os programas de Ciência Política se mantiveram com forte componente de “teoria política”, “instituições políticas brasileiras” e “comportamento político”. Houve também o incremento na oferta de disciplinas em metodologia de pesquisa, quase ausente no período anterior. Contudo, nenhum programa possui uma subárea de metodologia, como há em universidades estrangeiras. Ao mesmo tempo houve o crescimento de programas focados em Políticas Públicas, Relações Internacionais e Estudos de Defesa, conforme visto anteriormente.

Uma forma de observar o que os cientistas políticos pesquisam é verificar as agendas de pesquisa focando nos grupos de trabalho (GT) permanentes da ABCP. Seus encontros bianuais são organizados em torno desses GTs, quando os resultados de pesquisa são debatidos nas apresentações. Até 2005, existiam apenas 6 grupos de trabalho: “Teoria Política”; “Relações Internacionais”; “Representação e Partidos Políticos”; “Estado e Políticas Públicas”; “Instituições Políticas”; e “Política e Economia”. No Encontro de 2022 triplicou-se o número de GTs, com mais 12 novas áreas temáticas, o que expressa a variação dos temas de interesse dos pesquisadores da área: “Comportamento Político”; “Comunicação Política e Opinião Pública”; “Ensino e Pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais”; “Gênero, Democracia e Políticas Públicas”; “Participação Política”; “Pensamento Político”; “Política Comparada”; “Política Externa”; “Política Internacional”; “Política, Direito e Judiciário”; “Raça, Etnicidade e Política”; “Segurança Pública e Democracia”; e “Sociologia Política”.

160

5 Conclusão

A partir da avaliação dos aspectos exógenos e endógenos que afetaram o processo de criação e evolução da Ciência Política brasileira, decorrem alguns desafios para o fortalecimento da área, sendo eles: ainda há a necessidade de aumento do espaço da CP nos cursos de graduação e, ao mesmo tempo, de a área se estruturar enquanto departamento na maioria das instituições universitárias; ampliar áreas emergentes como a de estudos comparados, ainda muito restrito a alguns pesquisadores; criar subáreas com as disciplinas de metodologias de pesquisa; e completar processo de internacionalização da produção acadêmica, seja ampliando o acesso dos artigos da revista da área, tornando-a ao menos trilingue, seja descentralizando o objeto de estudo da Ciência Política ainda focado no Brasil.

Em relação à sustentação dos programas atuais de pós-graduação em Ciência Política, e mesmo a continuidade de expansão geográfica da área, há ainda outros grandes desafios. Talvez o principal seja tornar os programas menos dependentes financeiramente de agências governamentais e, assim, reduzir

as assimetrias inter-regionais e intrarregionais decorrentes do processo de avaliação institucional promovido pela Capes desde 1976. É necessário criar outras fontes de financiamento e incentivos capazes de reduzir os gargalos que vêm dificultando a continuidade de programas com apenas mestrado e, ao mesmo tempo, criar condições para ampliar a oferta do doutoramento em regiões como no Centro-Oeste (UFGO), na região norte (UFPA) e em boa parte dos estados nordestinos.

Para parte das análises existentes, os parâmetros e métricas desse processo têm efeitos de diferentes magnitudes na institucionalização da área. Para Marengo (2016, p. 160), a influência desse processo sobre o desenvolvimento da Ciência Política foi identificada na forma de incremento na produção científica, em seu direcionamento e na concentração para os periódicos de maior prestígio acadêmico e fator de impacto e a melhora progressiva da posição dessa área em rankings internacionais da disciplina.

Alguns efeitos negativos precisam ser considerados nesse diagnóstico do processo de avaliação da Capes sobre a área. O primeiro é a desconsideração das Ciências Humanas e suas especificidades na maioria dos critérios para a avaliação da produção. Embora o processo de avaliação da Capes esteja em mudança, e o último quadrienal (2017-2020) usou, pela primeira vez, indicadores qualitativos, apontando para a direção de alterações significativas, ainda restam muitas dúvidas. Esse processo de avaliação institucional está mudando para onde? De que forma essas mudanças nos processos de avaliação focados em fator de impacto tendem a reconfigurar o campo da Ciência Política, a forma como se produz, onde se produz, e como se constrói a própria ideia de prestígio e reconhecimento no interior desse campo? Como já afirmou Luciana Tatagiba (2020) no Ciclo de Debates Ciência Política em Movimento, organizado por cientistas políticos da Unicamp, da UFPR e do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), aparentemente:

[...] essas mudanças nesses processos de avaliação sinalizam mais para continuidade no padrão/lógica produtivista, indo na direção oposta àquelas anunciadas pela Capes ao anunciar suas mudanças focadas i) em ênfase em avaliações qualitativas; ii) na recuperação da multidimensionalidade e iii) na valorização da vocação dos Programas.

A construção de respostas concretas a esses desafios há de vir, ou ao menos é desejável que venha, de iniciativas oriundas das instituições universitárias, associações científicas e outros fóruns que reúnam lideranças acadêmicas dos cientistas políticos envolvidos em ações específicas visando a desativar obstáculos e incentivar desenvolvimentos tidos como positivos.

6 Referências

ALMEIDA, M. H. T. de. Ciência Política no Brasil, avanços e desafios. In: MARTINS, C. B. (Org). **Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru: Edusc, p. 105-121, 2005.

AVRITZER, L. O papel do pluralismo na formação e consolidação da ciência política no Brasil. In: AVRITZER, L.; MILANI, C. R. S.; BRAGA, M. do S. (Orgs.). **A ciência política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 163-187, 2016.

AVRITZER, L.; MILANI, C. R. S.; BRAGA, M. do S. (Org.) **A Ciência Política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

CARVALHO, J. M. **Elite and State-Building in Imperial Brazil**. Stanford University, 1975.

CODATO, A. Aula Inaugural no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

FAORO, R. **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.

FORJAZ, M. C. S. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.12, n.35, 1997.

KEINERT, F. C.; SILVA, D. P. A gênese da ciência política brasileira. **Tempo Social**, v. 22, n.1, p. 79-98, 2010.

LAMOUNIER, B. **A Ciência Política nos Anos 80**. Brasília: Editora UnB, 1982.

LAMOUNIER, B.; CARDOSO, F. H. **Os Partidos e as Eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto: O município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

LEITE, F.; CODATO, A. Autonomização e institucionalização da Ciência Política brasileira: o papel do sistema Qualis-Capes. **Revista Agenda Política**, v.1, n. 1, p. 1-21, 2013.

LIMA JUNIOR, O. B. de. **Partidos Políticos Brasileiros: A experiência federal e regional: 1945-1964**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MARENCO, A. Cinco décadas de ciência política no Brasil: institucionalização e pluralismo. In: AVRITZER, L.; MILANI, C. R. S.; BRAGA, M. do S. (Orgs.). **A ciência política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 163-187, 2016.

MIYAMOTO, S. O estudo das relações internacionais no Brasil: o estado da arte. **Revista de Sociologia e Política**, n. 12, p. 83-98, 1999.

REIS, F. W. **Os Partidos e o Regime: A lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo: Símbolo, 1978.

_____. O Tabelão e a Lupa: teoria, método generalizante e idiografia no “contexto brasileiro”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.16, n.6, Rio de Janeiro, 1991.

_____. **Political Development and Social Class: Brazilian Authoritarianism in Perspective**. Harvard University, 1974.

SANTOS, W. G. dos. **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

_____. **Quem dará o golpe no Brasil?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

_____. **The calculus of conflict: impasse in Brazilian politics and the crisis of 1964**. Stanford University, 1979.

SCHWARTZMAN, S. Representação e Cooptação Política no Brasil. **Dados**, n. 7, p. 9-41, 1970.

_____. **São Paulo e o Estado Nacional**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975.

SOARES, G. A. D. **Sociedade e Política no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SOUZA, M. do C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

TATAGIBA, L. Prestígio e impacto da Ciência Política Brasileira - Ciência Política em Movimento. **Ciência Política em Movimento**, n.1, Unicamp/UFPR/IESP, 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=3134822979960429>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2023.

TRINDADE, H. Ciências Sociais no Brasil em perspectiva: fundação, consolidação e expansão. In: TRINDADE, H. (Org.). **As Ciências Sociais na América Latina em perspectiva comparada: 1930-2005**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 71-170, 2007.

_____. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

Political Science in Brazil: past, present and future

ABSTRACT: This article has two objectives. The first seeks to outline an overview of the formation and institutionalization of Brazilian Political Science as an academic and professional field. In order to account for its past and present, this analysis resorts to a literature review, seeking to understand the processes of constitution of this area throughout the 20th century, but also to describe, with data about the postgraduate programs available, how it has been giving its geographic expansion throughout the national territory and its thematic subareas, from the point of view of postgraduate education and research. The second objective is to identify aspects related to the slow pace of institutionalization in this area and think of action proposals for the future states of this field of knowledge. Among the main conclusions, it highlights what exogenous and endogenous elements had influenced the formation and institutionalization process of this area in Brazil, resulting in a discipline marked, on the one hand, by pluralism in the ways of doing political science and, on the other hand, in the establishment of organizations academic institutions that have been offering the main opportunities for the institutionalization of the area.

KEYWORDS: Political Science; Postgraduate studies; Training; Institutionalization; Brazil.

Ciencias Políticas en Brasil: pasado, presente y futuro

RESUMEN: Este artículo tiene dos objetivos. El primero busca esbozar un panorama de la formación e institucionalización de la Ciencia Política brasileña como campo académico y profesional. Para dar cuenta de su pasado y presente, este análisis recurre a una revisión bibliográfica, buscando comprender los procesos de constitución de esta área a lo largo del siglo XX, pero también describir, con datos sobre los programas de posgrado disponibles, cómo ha sido dando su expansión geográfica en todo el territorio nacional y sus subáreas temáticas, desde el punto de vista de la educación de posgrado y la investigación. El segundo objetivo es identificar aspectos relacionados con la lentitud de la institucionalización en esta área y pensar propuestas de acción dirigidas a estados futuros de este campo del conocimiento. Entre las principales conclusiones, se pueden destacar que elementos exógenos y endógenos influyeron en el proceso de formación e institucionalización de esta área en Brasil, resultando en una disciplina marcada, por un lado, por el pluralismo en las formas de hacer ciencia política y, por otro lado, en la constitución de organizaciones instituciones académicas que vienen ofreciendo las principales oportunidades para la institucionalización del área.

PALABRAS CLAVE: Ciencias Políticas; Posgraduación; Capacitación; Institucionalización; Brasil.